



17 DE JULHO DE 2015

Sexta-feira

- SETOR DE SERVIÇOS REGISTRA MENOR ALTA NA RECEITA EM 3 ANOS
- PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO
- GOVERNO VENDE AÇÕES DO BANCO DO BRASIL PARA FAZER CAIXA
- ECONOMIA FRACA PESARÁ SOBRE EMPRESAS BRASILEIRAS ATÉ 2016, DIZ AGÊNCIA DE RISCO
- CONGRESSO TÉCNICO DA INTERMACH ABORDARÁ ENERGIA, EFICIÊNCIA INDUSTRIAL E MANUFATURA CLASSE MUNDIAL
- INDÚSTRIA DE SP DEMITE 27,5 MIL E REGISTRA PIOR PATAMAR EM 10 ANOS
- HONEYWELL LANÇA SOFTWARE DE MONITORAMENTO INDUSTRIAL QUE REDUZ CUSTOS COM MANUTENÇÃO
- SABESP PLANEJA REAJUSTE DE TARIFA DE ÁGUA PELA 3ª VEZ DESDE DEZEMBRO
- BANCOS REVEEM PREVISÕES PARA O PIB E JÁ FALAM EM RECESSÃO ATÉ EM 2016
- ANEEL FAZ LEILÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA EM SÃO PAULO
- MERCOSUL VAI TER PLANO DE AÇÃO PARA REDUZIR BARREIRAS AO COMÉRCIO INTRA-BLOCO
- CEGONHEIROS CONSEGUEM ACORDO E SUSPENDEM PROTESTO CONTRA A VOLKSWAGEN
- IBGE: SETOR DE SERVIÇOS CRESCE EM MAIO, MAS TEM MENOR ALTA DESDE 2012
- EMPREGO NA INDÚSTRIA RECUA PELO QUINTO MÊS CONSECUTIVO
- CRISE NA INDÚSTRIA FAZ CAIR PROCURA E PREÇO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
- MERCADO DE MOTOCICLETAS REGISTROU QUEDA DE 9,5% NO PRIMEIRO

SEMESTRE DO ANO

- ATIVIDADE ECONÔMICA FICA ESTAGNADA EM MAIO, ABAIXO DO ESPERADO, APONTA BC
- SETOR QUER ELEVAR EXPORTAÇÃO E BARRAR IMPORTADOS PARA EVITAR DEMISSÕES
- O ALERTA NÃO VEM SÓ DO MERCADO: O PIOR ESTÁ POR VIR PARA AS SIDERÚRGICAS
- ARCELOR FAZ DEMISSÕES EM JUIZ DE FORA
- TFRM TEM ALTA DE 13,4% NO 1º SEMESTRE
- MONTADORAS PERDEM R\$ 13 BI COM AGRAVAMENTO DA CRISE
- VENDAS DAS FÁBRICAS DE PECAS RECUAM 15%
- GOVERNO JÁ PREVÊ ATÉ 2% DE QUEDA DO PIB
- FALTA DE CRÉDITO, INADIMPLÊNCIA E CUSTOS AMEACAM PEQUENA INDÚSTRIA
- NOVOS PROJETOS DE LEI
- AÇOS ESPECIAIS E IMPRESSÃO 3D ATRAEM SETOR AUTOMOTIVO
- ATIVIDADE ECONÔMICA FICA ESTAGNADA EM MAIO
- GE TEM ALTA NO LUCRO TRIMESTRAL COM DESEMPENHO EM ENERGIA
- CRISES HÍDRICAS TENDEM A SE AGRAVAR, AFIRMA ESPECIALISTA
- INFORMATIVO DE BUENOS AIRES

CÂMBIO		
EM 17/07/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,189	3,190
Euro	3,459	3,461

Fonte: BACEN

Setor de serviços registra menor alta na receita em 3 anos

17/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A receita nominal do setor de serviços registrou crescimento de 1,1% em maio frente a igual mês do ano anterior, anunciou nesta quinta-feira (16) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado de maio passou a ser o segundo menor da série histórica iniciada em janeiro de 2012, atrás apenas do 0,9% de fevereiro. Pelos dados do IBGE (que não levam em conta a inflação), no ano, a taxa acumulada atingiu 2,3%. Em 12 meses, a alta é de 3,8%.

[INFOGRÁFICO: veja a variação da receita do setor de serviços nos últimos anos](#)

Três dos cinco segmentos pesquisados registraram variações positivas: serviços profissionais, administrativos e complementares (5,5%); transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (0,8%); e outros serviços (0,3%). Já serviços prestados às famílias (-1,4%) e serviços de informação e comunicação (-0,8%) registraram variação negativa.

A forte retração no rendimento médio dos trabalhadores é a principal razão por trás da intensa deterioração dos serviços prestados às famílias, segundo Roberto Saldanha, gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE. A queda nominal no faturamento do segmento em maio foi a primeira desde o início da série histórica.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego, também do IBGE, o rendimento médio real dos brasileiros encolheu 5% em maio ante maio de 2014.

“É uma queda no poder aquisitivo da população que se reflete nesses serviços que envolvem alojamento, alimentação e serviços pessoais. Os brasileiros estão comendo menos fora de casa e viajando menos”, explicou.

Transporte

A queda na atividade industrial continua a prejudicar o setor de transportes de carga, apontou o IBGE. Com isso, a receita dos transportes terrestres encolheu 1,9% em maio contra igual mês do ano passado em termos nominais – ou seja, antes mesmo de descontar os efeitos da inflação.

“Há uma queda no setor industrial, que é o maior demandante por transportes de carga, e isso continua a prejudicar o segmento”, afirmou Saldanha.

Saldanha disse ainda que há um efeito base, diante dos resultados excepcionalmente favoráveis em maio e junho do ano passado em função da maior demanda por serviços às vésperas da Copa do Mundo.

Mesmo assim, a queda na renda prevalece e a receita do setor encolheu 1,4% na comparação interanual.

Serviços de engenharia

Os gastos com consultorias, publicidade e propaganda e serviços de engenharia seguem na lista de cortes dos governos, tanto federal quanto estaduais, e provocam o encolhimento cada vez mais intenso no faturamento dos serviços técnico-profissionais.

“Tudo tem a ver com o ciclo da economia, são governos que cancelam projetos. Tudo tem a ver com cortes orçamentários, controle de gastos, e isso se reflete em menos contratações de serviços”, acrescentou.

Um ponto desfavorável, contudo, é que essa parcela dos serviços é justamente a mais qualificada e "intensiva em conhecimento", destacou o órgão.

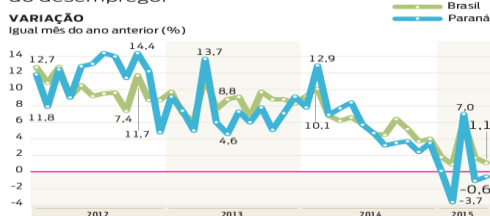
Em maio, a receita nominal dos serviços técnico-profissionais caiu 3,7%. Por outro lado, o faturamento dos serviços administrativos e complementares cresceu 8,9%, muito acima da média do setor de serviços (1,1%) no mês.

Comunicação

Os cortes de gastos em empresas e, principalmente governos, estão deprimindo a receita das empresas de comunicação. Ganhos com publicidade e propaganda têm sido cada vez menores em rádios, televisões, agências de notícias e em outros veículos. As próprias agências que elaboram as campanhas publicitárias registram queda no faturamento. No conjunto, a receita da atividade encolheu 10,2% em maio.

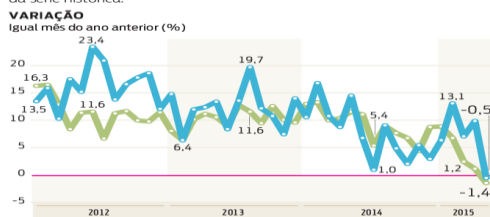
DEMANDA FRACA

O setor de serviços registrou em maio um crescimento nominal de apenas 1,1%, fruto da perda do poder de compra do brasileiro em consequência da alta da inflação e do aumento do desemprego:



CONSUMO EM BAIXA

O segmento de serviços prestados às famílias recuou 1,4% no país e 0,5% no Paraná. Foram as primeiras variações nominais negativas desde o início da série histórica:



Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

Programa de proteção ao emprego

17/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Inegavelmente o país passa por uma crise econômica que tem acarretado um aumento significativo do número de rescisões contratuais em diversos setores da economia. Ciente da dificuldade financeira que assola as empresas, o Governo Federal editou, no início de julho, a Medida Provisória nº 680/15, que implementou o denominado Programa de Proteção ao Emprego, ou "PPE".

Referida medida provisória, que restou parcialmente regulamentada pelo Decreto 8.479/15, autoriza a redução da jornada de trabalho do empregado em até 30% mediante correspondente redução salarial e visa essencialmente a favorecer a manutenção de empregos em empresas que estejam comprovadamente enfrentando dificuldades econômico-financeiras. A adesão ao PPE pode ser feita até 31 de dezembro de 2015.

A lógica do programa parte do pressuposto de que a preservação de empregos se sobrepõe à garantia constitucional dos trabalhadores de irredutibilidade salarial. O grande diferencial desta medida provisória é que a perda financeira do empregado será minimizada na medida que o Governo Federal pagará ao empregado participante do programa 50% do valor da redução salarial, respeitado o limite de 65% do teto máximo da parcela do seguro desemprego.

Atualmente o valor máximo de uma parcela do seguro desemprego é de R\$1.385,91. Assim sendo, a compensação econômica do governo estaria limitada ao valor de R\$ 900,84.

É importante ressaltar que o FGTS e as contribuições previdenciárias incidirão sobre o valor do salário nominal reduzido acrescido da compensação pecuniária que será quitada pelo Governo através do FAT.

A redução proposta pela medida provisória somente poderá ser adotada mediante acordo coletivo de trabalho (e, portanto, com participação do sindicato dos empregados), não podendo ser utilizada por decisão unilateral da empresa. Logo, o PPE somente pode ser praticado se os empregados, através de assembleia especificamente convocada para este fim, o considerem como uma alternativa viável para a realidade que vivenciam.

Para que o instrumento coletivo tenha validade deve necessariamente indicar: o período pretendido de adesão ao PPE que inicialmente pode ser de seis meses e ser prorrogado por igual período, chegando até 12 meses; os percentuais de redução da jornada de trabalho e de redução da remuneração, os estabelecimentos ou os setores da empresa a serem abrangidos pelo PPE e a previsão de constituição de comissão paritária composta por representantes do empregador e dos empregados abrangidos pelo PPE para acompanhamento e fiscalização do programa e do acordo coletivo.

Também é requisito para validade do acordo de redução de jornada e salários que a empresa comprove que foram esgotados todos os períodos de férias (individuais e coletivas), assim como as folgas de eventual banco de horas.

Importante mencionar que as empresas que aderirem ao programa estarão impossibilitadas de contratar empregados para executar as mesmas atividades – de forma total ou parcial – exercidas pelos trabalhadores abrangidos, salvo em caso de reposição ou aproveitamento de aprendiz que concluir o curso de aprendizagem.

É de se destacar que os empregados abrangidos pelo PPE passam a ter garantia provisória de emprego (estabilidade), sendo expressamente vedada a dispensa sem justa causa enquanto perdurar o programa e pelo interregno equivalente a um terço do período de adesão.

Assim, na hipótese de a empresa aderir ao PPE por 12 meses, a garantia provisória no emprego se aplicaria por todo o período de redução e ainda se estenderia por quatro meses adicionais após o término da vigência do programa.

Por outro lado, as regras e procedimentos complementares de elegibilidade de adesão, a forma de adesão, as condições de permanência, as normas de funcionamento e possibilidades de suspensão e interrupção da adesão deverão ainda ser regulamentadas pelo Comitê do Programa de Proteção ao Emprego.

Este órgão tem até o dia 21 de julho de 2015 para publicar a regulamentação suplementar. Este fato não somente impede a adesão imediata ao programa, como também não permite concluir o que se entende por “dificuldade econômico-financeira” e como as empresas deverão se organizar para comprovar este fato.

De qualquer sorte, o Decreto 8.479/2015 já estabelece que as empresas que pretendem aderir ao PPE devem, necessariamente, comprovar: período mínimo de dois anos de registro no CNPJ e regularidade fiscal, previdenciária e relativa ao FGTS.

O extenso rol de requisitos estabelecidos pela Medida Provisória (e por seu decreto regulamentador), aliado à imposição de garantia de emprego tendem a fazer com que poucas empresas tenham efetivo interesse e condições de aderir ao programa.

(Carla Ciendra Costa Alberti, advogada, pós-graduada em Direito Processual e Material do Trabalho e Vicente Ferrari Comazzi, advogado, pós-graduado em Direito Processual e Material do Trabalho)

Governo vende ações do Banco do Brasil para fazer caixa

17/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Em busca de reforço no caixa para garantir o cumprimento da meta fiscal, o Ministério da Fazenda deu início à venda de ações do Banco do Brasil que fazem parte do patrimônio do Fundo Soberano do Brasil (FSB).

O fundo é uma espécie de poupança que o governo federal mantém desde 2008, para ser usada em momentos de necessidade de receitas.

Sem alarde, um primeiro lote de 1 milhão de ações do BB foi vendido em junho. O movimento, no entanto, só foi detectado pelo mercado financeiro nos últimos dias, o que obrigou o Ministério da Fazenda a confirmar nesta quinta-feira (16) a operação.

Nos primeiros 15 dias de julho, outras 5,6 milhões de ações do BB foram vendidas.

Com a venda das ações, o Tesouro Nacional quer garantir liquidez ao patrimônio do fundo, para que seja usado como receita para engordar o superávit primário das contas públicas – a economia para pagamento de juros da dívida.

Segundo o Tesouro, a estratégia é uma medida “prudencial em um contexto de política de consolidação fiscal do Setor Público”.

Lotes

No primeiro lote vendido, o Fundo Soberano conseguiu R\$ 23,860 milhões pelas ações. Mas a intenção do Tesouro é vender todo o lote de ações do BB que estão no FSN: 109,650 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 2,662 bilhões.

O mercado reagiu mal à decisão do Tesouro, com queda das ações do BB. Os rumores no mercado de que o Fundo poderia se desfazer de ações do BB para contribuir com o ajuste fiscal do governo brasileiro ocorrem desde o ano passado.

Fontes do mercado acreditam que o fundo soberano faça novas vendas, ainda que tal estratégia gere prejuízo ao Fundo.

Economia fraca pesará sobre empresas brasileiras até 2016, diz agência de risco

17/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

As incertezas políticas, a inflação pressionada e a piora da confiança do investidor pesarão sobre as empresas brasileiras pelo menos até meados de 2016, afirma a agência de classificação de risco Moody's em relatório divulgado nesta quinta-feira (16).

O texto foi publicado no mesmo dia em que representantes da agência se reúnem com o ministro Joaquim Levy (Fazenda) para analisar a situação econômica brasileira. O temor do governo é que o país perca o grau de investimento dado pelas agências de classificação de risco.

Segundo Marcos Schmidt, vice-presidente e analista sênior da Moody's, as "investigações de corrupção pressionaram significativamente a economia brasileira, arrastando os setores de engenharia e construção e energia, consequentemente afetando também as indústrias de aço e materiais de construção".

No relatório, a agência – que vê retração do PIB brasileiro de 1,8% em 2015– afirma que a investigação da Operação Lava Jato deixou os investidores cautelosos em relação às companhias não financeiras do Brasil, limitando o acesso delas aos mercados globais de dívida.

Às incertezas políticas soma-se a deterioração do poder de compra do consumidor, em um cenário de aumento do endividamento das famílias, de altas taxas de juros, inflação pressionada e desemprego.

"As fracas condições econômicas e a reduzida demanda de passageiros limitarão o crescimento da receita e as margens das companhias aéreas brasileiras até pelo menos meados de 2016", diz Schmidt.

"De modo semelhante, o crescimento irá desacelerar para as companhias brasileiras de telecomunicações, enquanto companhias de mineração vão enfrentar demanda global mais branda e preços mais fracos para minério de ferro e metais base".

Para exportadoras de celulose, as notícias são mistas, segundo o relatório. O câmbio favorável vai beneficiar essas empresas, enquanto inflação, desemprego e confiança do consumidor em queda não deixarão as companhias aumentarem os preços.

Rebaixamento

Uma equipe da Moody's está no Brasil para avaliar se as medidas de ajuste fiscal necessárias para que o país mantenha sua nota de crédito estão sendo implementadas.

Para segurar a nota de risco do país, o governo entrou em contato com investidores estrangeiros para tentar reverter o clima negativo sobre as contas públicas.

Votações recentes no Congresso, como o aumento salarial para o Poder Judiciário, podem "colocar em risco nossa classificação no momento em que estamos fazendo esforço fiscal para reequilibrar nossas contas, que talvez tome mais tempo que imaginávamos inicialmente", disse à Folha o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

Segundo ele, além de elevar os juros, o rebaixamento teria efeito sobre o câmbio, elevando a cotação do dólar.

Congresso técnico da Intermach abordará energia, eficiência industrial e manufatura classe mundial

17/07/2015 - Fonte: CIMM

Paralelamente à Intermach, maior feira do setor metalmeccânico do Sul do Brasil, que acontece de 1 a 4 de setembro, em Joinville (SC), a UniSociesc promove o Cintec 2015 - Congresso de Inovação Tecnológica – Mecânica e Automação. A edição deste ano concentra três macrotemas em sua grade: energia, eficiência industrial e manufatura classe mundial.

A abertura do congresso será realizada por Glauco José Côrte, presidente da Fiesc, dia 1 de setembro, às 19h30, com a palestra "Os desafios da indústria no atual momento do mercado brasileiro e mundial".

As palestras técnicas iniciam também no dia 1, sob o macrotema "Energia". Cleverson Siewert, diretor presidente da Celesc, falará sobre o "Panorama do setor elétrico – qualidade no fornecimento, tarifas e relacionamento com o cliente".

Fernando Cardoso Garcia, diretor de vendas da WEG para a América do Sul, ministrará a palestra "Eficiência energética e produtividade com inovação tecnológica". Encerrando o ciclo do dia, o diretor de comercialização de energia da Tractebel Energia, Marco Antonio Amaral Sureck, discorrerá sobre "Panorama do sistema elétrico brasileiro e o mercado de energia".

O macrotema de 2 de setembro, "Eficiência Industrial", iniciará com Douglas Sozzi Pacifico, gerente do departamento de Facility Management da planta da Bosch em Campinas, através da palestra "Eficiência energética: desafios e soluções para a sustentabilidade e competitividade".

Em seguida, serão apresentados os casos de sucesso da Whirlpool, pelo diretor de Engenharia e Tecnologia da Whirlpool Latin America Region, Carlos Tadeu Gomes da Silva, e Embraer, por Leandro Bueno Gonçalves de Mello, engenheiro de manufatura no desenvolvimento dos Jatos Executivos Legacy 450/500.

Finalizando o dia, Nivaldo Presalino Vieira, gerente regional do BRDE para o Norte Catarinense e do Itajaí, falará sobre "Programa BRDE Inova – crédito para apoiar a inovação em ambiente produtivo".

"Manufatura Classe Mundial", macrotema do último dia do Cintec, 3, será abordado por cases da FIAT, por Eduardo Eustáquio Ferreira Barbosa - responsável pelo gerenciamento de projetos de inovação tecnológica em manufatura powertrain e coordenação do grupo de eficiência energética das plantas powertrain do grupo Fiat Chrysler Automobiles LATAM -, ArcelorMittal Vega, por Cristiano José Piletti - coordenador da estrutura de melhoria contínua - e Tupy, por Cassio Luiz Francisco de Andrade, - diretor de Engenharia de Produtos, Processos e Qualidade.

Encerrando o congresso, Gerald Degen, responsável pela implantação e operação da nova Fábrica BMW que está sendo construída em Araquari, palestra sobre "Eficiência da produção através da inteligente combinação entre automação e processos manuais".

Cada dia terá ainda espaço para debate. As palestras do Cintec ocorrerão nos auditórios da Expoville. Mais informações no e-mail cintec@sociesc.org.br ou pelo telefone: (47) 3461-0160.

Serviço

[Intermach 2015 - Feira e Congresso Internacional de Tecnologia, Máquinas, Equipamentos, Automação e Serviços para a Indústria Metalmeccânica](#)

Data: 1 a 4 de setembro de 2015

Horário: 14h às 21h

Local: Expoville – Joinville/SC – Brasil

Organização: Messe Brasil

Indústria de SP demite 27,5 mil e registra pior patamar em 10 anos

17/07/2015 - Fonte: CIMM

O setor manufatureiro paulista demitiu 27,5 mil funcionários em junho, o equivalente a uma queda de 1% ante maio deste ano, na comparação com ajuste sazonal. Esse é o pior resultado para o mês de junho na série histórica da pesquisa, iniciada em 2005, aponta a equipe de economia da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp).

De acordo com o levantamento do Nível de Emprego do Estado de São Paulo, elaborado pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon), de janeiro a junho de 2015, a indústria paulista fechou 62,5 mil vagas, também o pior resultado em 10 anos, desde o início do trabalho.

"Há anos, a indústria vem perdendo postos de trabalho, porém a violência da perda deste ano de 2015 surpreende", afirma o diretor do Depecon, Paulo Francini. "E a indústria não é o único setor surpreso, todos os setores também estão." Segundo Francini, a indústria de transformação paulista deve encerrar este ano com pelo menos 150 mil empregos a menos na comparação com 2014, quando já houve perda de cerca de 130 mil postos de trabalho.

"Estamos surpresos, perplexos e tristes com a redução que estamos sofrendo e não vemos o seu término. Não sentimos que o pé bateu no fundo do poço para, agora, tomarmos impulso para voltar a subir", diz o diretor.

Se comparada com a situação em junho de 2014, a indústria paulista chegou a junho deste ano com um saldo negativo de 191 mil empregos. E de acordo com Francini, a pesquisa registrou recorde de perdas em praticamente todas as leituras e deve encerrar 2015 "superando todo e qualquer outro ano anterior" em termos de baixas.

Setores

Da perda de 27,5 mil postos em junho, 1.987 demissões são da parte do setor de açúcar e álcool, as usinas, enquanto os demais 25.513 foram demitidos pela restante da indústria de transformação.

O Depecon apura a situação de emprego em 22 setores. Em junho, 18 informaram demissões, três anotaram estabilidade em seu quadro de funcionários e apenas um contratou. Este também é o pior cenário para o mês de junho desde o início da pesquisa, em 2005.

A indústria de veículos automotores continua sendo um dos setores que mais demitem ao longo dos meses.

Em junho, o setor desligou 4.691 funcionários. Na esteira, o segmento de máquinas e equipamentos também exibiu significativas baixas, com a demissão de 4.081 trabalhadores.

Regiões

Das 36 regiões avaliadas, 30 computaram baixa no mercado de trabalho de sua indústria, cinco ficaram positivas e uma ficou estável. Entre as altas, destaque para Matão, com ganho de 0,48%, impulsionado pelo setor de produtos alimentícios (3,95%).

A região de Presidente Prudente também anotou alta, de 0,45% em junho, influenciada por contratações nos segmentos de minerais não-metálicos (7,14%) e de coque, petróleo e biocombustível (1,77%). E Santos registrou ligeiro crescimento de 0,31%, puxado pelas indústrias de confecção de artigos do vestuário e acessórios (3,29%) e de produtos alimentícios (1,02%).

No campo das baixas, a região de São Carlos se destacou, com queda de 4,56% no emprego industrial, em meio a perdas nos setores de máquinas e materiais elétricos (-1,06%) e de produtos alimentícios (-6,15%).

O mercado de trabalho da indústria de Bauru também registrou perdas significativas, de 3,30% no mês passado contra o mês anterior, abatido pelo desempenho negativo nos segmentos de máquinas e equipamentos (-13,70%) e de confecção de artigos do vestuário (-4,25%). E a região de Piracicaba computou baixa de 2,16%, influenciada pela queda em veículos automotores e autopeças (-6,94%) e produtos alimentícios (-4,31%).

Honeywell lança software de monitoramento industrial que reduz custos com manutenção

17/07/2015 - Fonte: CIMM

A Honeywell Process Solutions (HPS) acaba de lançar o Uniformance Asset Sentinel, software de monitoramento contínuo de equipamentos e de processos que ajuda a prever e a evitar falhas nas instalações industriais e performances operacionais que estiverem fora dos padrões.

O Uniformance software suite expande o portfólio da HPS e acompanha a tendência nas empresas de adotar a Internet das Coisas – Industrial (IIOT), que permite às companhias coletar, organizar e analisar os dados para um ativo específico.

Essas análises podem transformar os processos de trabalho de reativo para proativo, ajudando as operações das plantas industriais a evitarem paradas não planejadas e a melhorarem o desempenho da segurança nas instalações.

“O Uniformance Asset Sentinel é a evolução mais recente da tecnologia que comprovadamente cuida de bilhões de dólares em ativos dos mais variados setores, como petróleo e gás, geração de energia, mineração, refino e fabricação de produtos químicos”, afirma Mike Brown, diretor de Marketing Global para a Divisão de Soluções Avançadas da HPS.

“Com mais de 40 anos de experiência no processo de controle e automação, a Honeywell proporciona conhecimento para resolver inúmeros problemas, dos básicos até os mais complexos”, completa.

A solução ajuda as empresas a aumentarem a utilização de ativos industriais em até 10%, reduzindo o tempo de inatividade não planejado. A ferramenta também pode diminuir os custos de manutenção em até 15%, graças a uma melhor prevenção de falhas de equipamento e operações ineficientes.

A tecnologia acessa os dados, de forma contínua, a partir de várias fontes, entre elas os parâmetros de processo e detalhes sobre vibrações e alarmes. Usando uma ferramenta de processamento de eventos complexos, em tempo real, o Uniformance Asset Sentinel

monitora o desempenho, a saúde, a eficiência e os cálculos relacionados à segurança e compara esses resultados com um modelo de desempenho esperado.

Os desvios previstos ou detectados, a partir destes modelos, geram notificações que facilitam a investigação e a intervenção, minimizando o custo e a frequência de um evento de risco.

Os modelos pré-definidos de melhores práticas para mais de 100 tipos de equipamentos, tais como bombas, compressores, trocadores, válvulas e turbinas, combinadas com a interface perfeita do software de simulação de design de processo (UniSim® Design), ajudam os clientes a implantarem rapidamente o equipamento ou o processo de monitoramento em qualquer ativo da planta, eliminando a necessidade de desenvolvimento de modelos complexos.

Grandes instalações de refino e química estão implementando o Uniformance Asset Sentinel para ajudá-las a superarem o desafio de acessar dados de várias fontes e transformá-los em informações prontas para serem usadas. Além do impacto positivo na segurança, esta capacidade pode se traduzir em maior eficiência operacional, agilidade e, em última instância, em margens mais elevadas.

Sabesp planeja reajuste de tarifa de água pela 3ª vez desde dezembro

17/07/2015 - Fonte: CIMM

Após dois reajustes tarifários em seis meses, a conta de água e esgoto pode subir de novo para os consumidores da capital paulista. A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) quer repassar para a fatura dos clientes paulistanos o encargo de 7,5% da receita bruta obtida na cidade que é obrigada a depositar no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para execução de obras.

O repasse para os consumidores foi autorizado em março de 2013 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo (Arseps), que fiscaliza os serviços da Sabesp, mas foi suspenso no mês seguinte a pedido do governo Geraldo Alckmin (PSDB), com o argumento de que estudaria "métodos de redução nos impactos aos consumidores".

Em abril do ano passado, quando a Arseps autorizou um reajuste de 5,4% na tarifa cobrada pela Sabesp em todo o Estado, o governo Alckmin e a gestão Fernando Haddad (PT) pediram que o órgão mantivesse a suspensão da medida até a conclusão da revisão do contrato entre a Prefeitura e a companhia, que deve ocorrer em dois meses, segundo a administração municipal.

À época, parte dos 11 milhões de moradores da capital já enfrentava racionamento de água feito pela Sabesp por meio da redução da pressão e do fechamento manual da rede em razão da crise do Sistema Cantareira. A companhia decidiu, então, aplicar o aumento "em data oportuna". O reajuste entrou em vigor no fim de dezembro do ano passado, dois meses após a reeleição de Alckmin.

Disputa

A revisão do contrato da Sabesp com a Prefeitura, assinado em junho de 2010 e que prevê a concessão dos serviços de saneamento na capital à companhia por 30 anos, deveria ter ocorrido em junho do ano passado, mas foi adiada por causa da crise hídrica, segundo o diretor econômico-financeiro da Sabesp, Rui Affonso. "No meio da 'tempestade' do ano passado, município e Sabesp julgaram oportuno não começar naquele momento a discussão do contrato", disse.

De acordo com o dirigente da estatal, o repasse dos 7,5% do encargo para os consumidores está previsto no contrato, versão contestada pela gestão Haddad. Segundo um integrante da administração municipal que acompanha a revisão, o valor é uma espécie de outorga paga pela concessão dos serviços e não pode ser repassado para os clientes da companhia. Em 2014, a capital respondeu por 49,4% da receita total da Sabesp, que foi de R\$ 11,8 bilhões.

A reportagem questionou a Sabesp durante dois dias sobre como seria feito o repasse de 7,5% do encargo para os consumidores da capital e qual cláusula contratual prevê essa medida, mas não obteve resposta. Na quarta-feira à noite, a assessoria de imprensa da companhia informou que "não tem nada a dizer sobre o assunto".

Os questionamentos também foram encaminhados à Arsesp, que autorizou o repasse. Em nota, a agência informou que, por causa da "posse dos novos diretores", não conseguiria responder à demanda ontem. Segundo um secretário municipal, que não quis gravar entrevista, a Prefeitura é contra a medida e vai tentar vetá-la.

A gestão Haddad é a responsável pelo Fundo Municipal de Saneamento, que foi criado em 2009 e é financiado com o repasse obrigatório da Sabesp. A Prefeitura aplica os recursos em obras de urbanização de favelas, principalmente em áreas de mananciais, como ao redor das Represas Billings e do Guarapiranga, de onde a Sabesp capta parte da água que abastece a capital e a Grande São Paulo.

Terceiro

O possível aumento de até 7,5% na tarifa de água da capital seria o terceiro reajuste desde dezembro de 2014, quando a conta de água aumentou 6,5%.

Em junho, a pedido da Sabesp, a Arsesp autorizou um aumento extraordinário, de 15,2%, por causa das perdas financeiras registradas pela estatal em razão da crise hídrica.

A Sabesp, contudo, queria um aumento de 22,7%. Com o reajuste menor, a companhia anunciou corte superior a 50% nos investimentos em esgoto no Estado. Em 2014, o lucro da companhia caiu R\$ 1 bilhão em relação a 2013.

O reajuste na conta é questionado na Justiça pela Associação de Consumidores Proteste. "Tivemos um reajuste extraordinário altíssimo em junho. Um novo aumento é um absurdo, inaceitável, inimaginável para quem já está ficando sem água. Penaliza duas vezes o consumidor", disse Maria Inês Dolci, coordenadora da Proteste.

Bancos reveem previsões para o PIB e já falam em recessão até em 2016

17/07/2015 - Fonte: CIMM

A recuperação da economia brasileira deverá ser mais lenta do que o previsto. As projeções de bancos e consultorias para o crescimento do Brasil no ano que vem pioraram nas últimas semanas, e o risco de uma recessão entrou no radar dos analistas.

Essas expectativas mais negativas contrariam a aposta inicial da equipe econômica. Com o ajuste na política fiscal e monetária em andamento, o governo esperava uma recuperação do crescimento no fim deste ano ou no início de 2016.

A deterioração esperada para 2016 é acompanhada de um cenário ainda mais adverso para este ano. Nos últimos dias, os bancos Itaú e Bradesco deram o tom de mais uma rodada da piora das expectativas para este biênio.

Na quarta-feira (15), o Itaú alterou a projeção de recessão deste ano de -1,7% para -2,2%. Para 2016, passou a projetar uma contração de 0,2%, ante uma previsão anterior de crescimento de 0,3%.

“Uma recuperação moderada ao longo do próximo ano não deve ser suficiente para compensar a queda já ocorrida na atividade (herança estatística) no crescimento médio de 2016. Os custos de produção seguem pressionados, limitando o crescimento no médio prazo”, informou o relatório do banco.

Para o Bradesco, a economia brasileira deverá recuar 1,8% este ano e, em 2016, o PIB deverá ficar estagnado. “O ano de 2016 herdará um carregamento estatístico muito negativo que virá de 2015”, disse Octavio de Barros, economista-chefe do Bradesco.

O entrave para a recuperação da economia brasileira se dá porque a maioria dos setores não tem exibido sinais de recuperação. Neste ano, a desaceleração também chegou ao mercado de trabalho e à renda das famílias, o que deve dificultar a saída da recessão.

“O consumo da família, o consumo do governo e o investimento das empresas não devem estar funcionando plenamente em 2016. Então, é muito difícil acreditar que a economia brasileira possa mostrar uma variação positiva da taxa de crescimento”, afirmou Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Fibra.

Mais crise

O cenário econômico difícil se soma à turbulência política. Com baixo nível de aprovação, a gestão Dilma Rousseff tem tido dificuldade para negociar as medidas de ajuste com o Congresso e ainda lida com os efeitos da Operação Lava Jato. O governo também vai ter de explicar as “pedaladas fiscais” no Tribunal de Contas da União (TCU).

“Nós tivemos um período político completamente atípico, com a presidente em crise profunda com sua base, atrasando o ajuste econômico, que deveria ter sido rápido. Com isso, o que era para ter sido feito no fiscal e na política monetária rapidamente, no começo do ano, como choque de credibilidade, atrasou”, afirmou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Aneel faz leilão de linhas de transmissão de energia em São Paulo

17/07/2015 - Fonte: Agência Brasil

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) faz hoje (17), na BM&F Bovespa, o leilão para contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica. Serão licitados 2.550 quilômetros de linhas de transmissão e 7.800 megawatts (MW) de capacidade instalada nos estados do Pará, Tocantins, de Goiás, Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

A previsão de investimentos é da ordem de R\$ 7 bilhões, com prazo de conclusão para as obras de 50 meses e geração de 16,8 mil empregos diretos. Para o leilão, a Receita Anual Permitida (RAP), ou seja, receita a qual a transmissora terá direito pela prestação do serviço público, máxima é R\$ 1,2 bilhão para o lote único, que contempla o segundo bipolo do sistema de transmissão para o escoamento da energia gerada pela usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Podem participar do leilão empresas nacionais ou estrangeiras, individuais ou em consórcio. Cada proposta será apresentada em envelope fechado. Se a diferença entre a menor oferta e as outras propostas for superior a 5%, vence o proponente da menor proposta.

Se a diferença for menor ou igual a 5% ou se houver empate entre as menores ofertas, o leilão prossegue, com lances. Se não houver lances será vencedor aquele que tiver apresentado o menor valor por envelope. Em caso de empate dos valores apresentados por envelope, o leilão encerra com sorteio.

Mercosul vai ter plano de ação para reduzir barreiras ao comércio intra-bloco

17/07/2015 - Fonte: Agência Brasil

O Mercosul vai elaborar neste semestre um plano de ação para levantar quais são as barreiras tarifárias e não tarifárias e as medidas que afetam a competitividade dos países e prejudicam o comércio intra-bloco. A decisão foi tomada hoje (16) na reunião do Conselho do Mercado Comum em que participaram os chanceleres do bloco regional.

O ministro de Relações Exteriores paraguaio, Eladio Loizaga, afirmou que o Paraguai e o Uruguai apresentaram para os demais integrantes do Mercosul a proposta desse plano de ação. A partir de amanhã (17), o Paraguai exercerá a presidência *pro tempore* do Mercosul pelos próximos seis meses.

“Foi acertada uma resolução conjunta para que neste semestre se trabalhe em um plano de ação para fazer um levantamento de todas medidas tarifárias e não tarifárias que, de alguma maneira, dificultam o comércio interno do Mercosul”, disse o chanceler, ao final da reunião do Conselho do Mercado Comum na 48ª cúpula do bloco.

Segundo Loizaga, uma das travas ao comércio são as licenças de exportação em vigência. “Queremos que [essas travas] sejam superadas porque não beneficiam a ninguém em particular, e todos temos que crescer juntos no Mercosul e prepararmos para o desafio que vamos ter com a possibilidade que se abre ao iniciar negociações com a União Europeia e com outros blocos do mundo”, afirmou.

Uma outra medida discutida é a renovação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), voltado para o financiamento de obras de infraestrutura entre os países da região, cujo prazo expira em dezembro.

“Vamos aprovar na cúpula a renovação do Focem por dez anos com os valores atuais de contribuições. O fundo está em operação desde 2007 e já tem mais de 44 projetos aprovados em áreas diversas como habitação, transportes, energia, integração produtiva. São projetos no valor de US\$ 1,5 bilhão que o Focem contribuiu com US\$ 1 bilhão”, disse uma fonte do Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

Amanhã, a cúpula continuará com a presença dos presidentes dos Estados-partes e associados do Mercosul no Palácio Itamaraty, em Brasília.

Cegonheiros conseguem acordo e suspendem protesto contra a Volkswagen

17/07/2015 - Fonte: Agência Brasil

O Sindicato Nacional dos Cegonheiros informou, no final da tarde de hoje (16), que conseguiu acordo com a Volkswagen e decidiu encerrar os protestos que vinha organizando desde a última segunda-feira (13).

Na tarde de ontem (15), cerca de 100 caminhões-cegonha foram estacionados em uma das faixas da Rodovia Anchieta, nas proximidades da montadora, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Segundo o sindicato, a montadora não vai mais alterar a forma de contratação dos cegonheiros.

Os trabalhadores protestavam contra a possibilidade de a Volkswagen deixar de contratar os motoristas por meio do sindicato dos cegonheiros.

Segundo a entidade, pelo menos 5 mil motoristas poderiam ficar desempregados em caso de alteração.

O sindicato representa cerca de 3,5 mil pequenas empresas, além dos autônomos que prestam serviços para as transportadoras.

Só à noite, por volta das 20h, a empresa confirmou, por meio de nota, que não vai alterar o contrato dos cegonheiros.

A Volkswagen do Brasil esclarece, na nota, que "a recente tomada de preços no mercado é prática usual e regular, e que os atuais prestadores de serviços terão seus contratos mantidos, mediante o compromisso de busca conjunta de oportunidades de redução de custos".

IBGE: setor de serviços cresce em maio, mas tem menor alta desde 2012

17/07/2015 - Fonte: Agência Brasil

O setor de serviços fechou o mês de maio com crescimento de 1,1% em relação a maio do ano passado, mas em queda de 0,6 ponto percentual em relação ao mês de abril (1,7%) deste ano e também inferior aos 6,1% de março passado. O resultado positivo é a segunda menor taxa da série, iniciada em 2012,

Os dados constam da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada hoje (16) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o instituto, o resultado de maio é o segundo menor desde de fevereiro de 2015 – quando ficou em 0,9% – e o maior para os meses de maio de toda a série.

Os dados revelam que o setor de serviços fechou os primeiros cinco meses do ano com alta acumulada de 2,3% e nos últimos 12 meses alta de 3,8%.

O crescimento verificado entre maio de 2015 e maio de 2014 reflete variações nominais positivas em três dos cinco segmentos do setor, com destaque para serviços profissionais, administrativos e complementares (5,5%), transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (0,8%) e outros serviços (0,3%).

Apresentaram variações nominais negativas serviços prestados às famílias (-1,4%) e serviços de informação e comunicação (-0,8%).

Regionalmente, o Amazonas apresentou a maior queda no setor de serviços, fechando maio em -8,6% comparativamente a maio de 2014.

Na sequência, vem o Maranhão (-4,9%), Espírito Santo (-4,1%), Distrito Federal (-3,3%), Goiás (-3,1%), Sergipe (-2,7%), Acre (-2,6%), Mato Grosso (-2,3%), Rio Grande do Norte (-1,6%), Minas Gerais (-1,1%) e Paraná (-0,6%).

Com variações positivas, na comparação com o mesmo período do ano anterior, estão Rondônia, a maior variação (12,9%); Bahia (6,5%) e Pará (6,4%).

As menores variações positivas foram registradas no Rio Grande do Sul (0,2%), Rio de Janeiro e Santa Catarina (ambos com 0,3%) e Piauí (0,5%).

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), primeiro indicador conjuntural mensal que investiga o setor de serviços no país, abrange as atividades do segmento empresarial não financeiro, exceto os setores da saúde, educação, administração pública e aluguel imputado (valor que os proprietários teriam direito de receber se alugassem os imóveis onde moram).

Emprego na indústria recua pelo quinto mês consecutivo

17/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O emprego na indústria recuou em maio, pelo quinto mês consecutivo, afetado pelo menor ritmo de produção do setor nos últimos meses e pela baixa confiança dos empresários.

O pessoal ocupado na indústria caiu 1% em maio na comparação com abril, série livre de efeitos sazonais (como o número de dias úteis), informou o IBGE nesta sexta-feira (17).

O emprego no setor não tinha queda nesta velocidade desde janeiro de 2009 (-1,3%), quando ainda sofria os efeitos da crise financeira internacional, iniciada no mercado hipotecário americano.

Quando comparado a maio do ano passado, o pessoal ocupado na indústria encolheu em 5,8%. Trata-se do 44º resultado negativo consecutivo e da queda mais intensa desde setembro de 2009 (-6,1%).

O índice acumulado nos últimos 12 meses apresentou, assim, uma perda de 4,4%, mantendo a trajetória de baixa iniciada em setembro de 2013.

Para essa pesquisa, realizada diretamente com as empresas, o IBGE não divulga números absolutos de empregos.

SETORES

Além de intensas, as perdas são generalizadas: 17 dos 18 ramos da indústria pesquisados tiveram perdas em maio em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Os destaques negativos do emprego vieram dos ramos de transporte (-11%), alimentos e bebidas (-3,2%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-12,9%) e produtos de metal (-10,6%).

Também tiveram forte queda máquinas e equipamentos (-7,2%), vestuário (-7,5%), outros produtos da indústria de transformação (-9,6%), calçados e couro (-7,6%), metalurgia básica (-6,6%) e papel e gráfica (-3,3%).

O único ramo da indústria com avanço no emprego em maio foi o de produtos químicos. O crescimento, no entanto, foi de apenas 0,2%, considerado praticamente estabilidade.

A pesquisa não informa mais o desempenho por região.

RENDA

Os indicadores da indústria continuam apontando enfraquecimento do emprego no setor pela frente.

O número de horas pagas teve queda de 1,3% em maio, na comparação com o mês imediatamente anterior.

Foi o recuo mais intenso desde janeiro de 2009 (-1,5) e a terceira taxa negativa consecutiva, acumulando nos três meses uma perda de 2,8%.

Esse dado é considerado um indicador antecedente porque os empresários, antes de contratarem, ampliam primeiro as horas extras. Menos horas pagas indicam baixa demanda por mais trabalho.

Já a folha de pagamento real dos trabalhadores na indústria, ajustado sazonalmente, teve forte queda de 3,7% na passagem de abril para maio.

Crise na indústria faz cair procura e preço de materiais recicláveis

17/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Ana Paula Serafim da Silva, 40, foi criada no lixo –literalmente. Aos 11 era catadora em Jardim Gramacho, aterro na região metropolitana do Rio. Do lixo veio a renda que criou a filha. Poucas vezes, porém, o trabalho foi tão mal recompensado.

"O preço dos materiais caiu, minha renda diminuiu. Já estou devendo até no cartão", diz a catadora, enquanto separa garrafas e papelão num galpão repleto de lixo e baratas perto do aterro, desativado há três anos. "Parece que é a situação do país."

A renda mensal de Ana Paula encolheu de cerca de R\$ 550 em 2014 para R\$ 364 neste ano. O dinheiro é suficiente apenas para dar uma "ajudinha" em casa, onde vive com o marido, a filha e, agora, duas netas.

O aperto maior na renda dos catadores das cooperativas de Jardim Gramacho está diretamente ligado à desaceleração econômica, principalmente da indústria.

A menor produção industrial reduziu a demanda pelos insumos fornecidos pelos catadores, derrubando os preços desse material.

O exemplo mais bem acabado está na garrafa plástica (PET) –"filé mignon" dos recicláveis, ao lado da latinha de alumínio. O preço do PET caiu de R\$ 2,40 em junho de 2014 para R\$ 1,25 este mês, desvalorização de 48%.

EFEITO CASCATA

O que afetou os PETs foi principalmente a queda da demanda dos setores automotivo, têxtil e químico. O PET compõe painéis e carpetes de carros e, transformado em resina, é usada na fibra de vidro de ônibus.

Na Aunde, que produz tecidos para bancos de carros, ônibus e caminhões, de 20% a 30% dos fios são de PET reciclado. "Consumimos toneladas deles, mas com a queda de 20% da produção de veículos reduzimos as compras", diz Felipe Borges, gerente comercial da Aunde.

Marilene de Fátima Albino, 60, recebe cerca de R\$ 350 mensais. Um terço disso paga o transporte de casa para o trabalho. Ela não imagina, mas a menor produção de ônibus que a leva ao trabalho afetou sua renda. Pior: a crise como um todo atingiu ainda um de seus dois filhos. "Um deles está desempregado. O outro começou agora a trabalhar", afirmou ela.

PAPELÃO

O papelão também foi afetado pelo efeito cascata. O produto é insumo da fabricação de caixas, utilizadas pela indústria para embalar basicamente tudo: de alimento a celulares, eletrodomésticos a peças de automóveis.

As vendas de papelão ondulado recuaram 5,69% em maio, na comparação com o mesmo mês do ano passado, para 272.567 toneladas, segundo a associação do setor.

Com o menor ritmo da indústria e do comércio, o preço do papelão reciclado teve uma queda 20% na Cooperativa Beija-Flor, no Rio. Na Cooper Glicério, em São Paulo, a queda foi de 43%.

Quem compra o papelão dos catadores são os chamados aparistas de papel. Eles separam o material, classificam e revendem para as indústrias. Agora, eles se queixam do aumento de estoques.

"Existe excesso de oferta de papelão", disse Pedro Vilas Bôas, consultor da Associação das Aparistas de Papel.

Ricardo Trombini, diretor da fabricante de embalagens Trombini, produz uma em cada três embalagens de papelão vendidas no Sul do país, não descarta mais queda de preço pela frente.

Entre os catadores, o fenômeno provoca mudanças de hábito. Marcos de Paiva, 39, teve de se adaptar: trocou a compra de carne por frango, menos cara. E desistiu ainda de reformar a casa. "Ou troco o armário ou como."

OUTRAS CAPITAIS

A renda dos catadores encolheu em outras capitais. Na Cooperativa de Recicladores de Maceió, foi de R\$ 650 para R\$ 580. Na de Pampulha, em Belo Horizonte, de R\$ 1.100 para R\$ 800. Na Cooper Glicério, em São Paulo, passou de R\$ 550 para R\$ 400.

A queda da renda dos catadores só não foi maior porque o preço do alumínio –um dos mais rentáveis– subiu de R\$ 3,30 para R\$ 3,50 nos últimos 12 meses, segundo a associação Jardim Gramacho. O motivo, neste caso, é o aumento da cotação do dólar.

QUEDA DAS COMMODITIES

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) reduziu de US\$ 56,14 bilhões para US\$ 46,95 bilhões suas previsões de receita com exportações das principais commodities. Preços mais baixos da soja, minério de ferro e petróleo fizeram a previsão ficar 28% abaixo das receitas registradas em 2014.

A queda na projeção desses três produtos, que devem responder por cerca de um quarto das exportações do Brasil em 2015, só não têm impacto mais forte na balança comercial porque as projeções de importações também estão em queda.

O recuo ocorre principalmente pela menor projeção de divisas geradas por minério de ferro, que desde 2005 tem sido o principal produto da pauta.

Mercado de motocicletas registrou queda de 9,5% no primeiro semestre do ano

17/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Bicicletas e similares) divulgou nesta semana os números da produção do setor para o primeiro semestre do ano. Em relação ao mesmo período de 2014, a fabricação nacional de motos teve queda de 9,5% (passando de 772.943 para 699.461 unidades).

Na comparação com maio deste ano, junho revelou recuo de 2% nas vendas, com 116.933 motos produzidas contra 119.280. Já em relação a junho de 2014, um mês de baixas vendas em virtude da Copa do Mundo, houve alta de 50,3%.

O recuo nas vendas afetou em especial as motos de baixa e média cilindrada (até 449 cm³) e o único segmento que teve alta foi o de Scooters. Ao comparar o desempenho destes veículos com o primeiro semestre de 2014, quando foram vendidas 17.661 unidades, as motonetas apresentaram alta de 15,8% nas vendas (20.448).

Segundo Marcos Fermanian, presidente da entidade, uma das possíveis causas desta alavancada é a migração dos motoristas e possíveis compradores de carros novos. "Notamos uma alta ainda maior nas vendas de scooters nos centros urbanos. Isso reflete que muitos motoristas têm adquirido este veículo de uso essencialmente urbano para fugir dos engarrafamentos mais constantes".

Após seguidos períodos de vendas crescentes, o segmento de motos "premium" (a partir de 450 cm³), passou por uma derrocada. Neste primeiro semestre foram comercializadas 26.22 unidades, contra 27.562 motos grandes vendidas em mesmo período de 2014, números que indicam uma queda de 4,9%.

Os empregos no setor de duas rodas também revelaram sensível retração. No fechamento do primeiro semestre de 2014, haviam 17.928 trabalhadores, contra 16.622 empregados até Junho deste ano.

PROJEÇÕES

Apesar do setor retraído por conta do cenário econômico delicado, vítima de contenção nas vendas em virtude da espera por mudanças nos ajustes fiscais, a Abraciclo manteve as previsões para 2015, de 1.415.000 motos produzidas até dezembro.

Segundo Fermanian, "A esperança é do mercado reagir no 2º semestre do ano, uma época historicamente conhecida por maiores vendas. Além disso, o Salão das Duas Rodas (em Outubro), deve ajudar a movimentar o mercado com suas diversas novidades", completou.

BICICLETAS EM ASCENSÃO

O mercado de bicicletas registrou notável incremento. No acumulado de Janeiro a Maio deste ano, o Polo Industrial de Manaus (PIM) produziu 20.448 unidades, uma alta de 4,3% em comparação a igual período de 2014.

No entanto, parte desta produção (cerca de 80 mil unidades) foi acelerada de maneira a abastecer estoques para o "Dia das Crianças" (em outubro) e para o Natal, épocas notoriamente conhecidas por maior giro de vendas deste veículo.

Já as vendas no atacado apresentaram progressão de 11,5% entre janeiro e maio, com 235.805 bicicletas em 2015, ante 211.406 unidades registradas entre os mesmos meses de 2014. As importações, no entanto, caíram pela metade, de 2.442 para 1.232 unidades no mesmo período.

Atividade econômica fica estagnada em maio, abaixo do esperado, aponta BC

17/07/2015 - Fonte: Reuters

A atividade econômica brasileira ficou praticamente estagnada em maio na comparação com o mês anterior, apontou o Banco Central nesta sexta-feira, ecoando a dificuldade de recuperação da economia após um resultado fraco em abril.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), teve variação positiva de 0,03 por cento em maio sobre o mês anterior, de acordo com dados dessazonalizados.

O resultado mostra melhora diante da queda de 0,88 por cento em abril na mesma base de comparação, em dado revisado para baixo pelo BC após divulgação anterior de recuo de 0,84 por cento.

Ainda assim, o desempenho em maio ficou abaixo da mediana das expectativas em pesquisa da Reuters, de alta de 0,20 por cento no mês.

Com isso, a trajetória de contração da atividade prossegue no país, em um ambiente marcado por ajuste fiscal, inflação alta, aperto da política monetária e aumento do desemprego.

Até maio, o indicador acumula queda de 2,64 por cento no ano. Já na comparação com o mesmo mês de 2014, o IBC-Br tem queda de 3,08 por cento, e mostra perda de 1,68 por cento em 12 meses, sempre em números dessazonalizados.

"O resultado...ficou relativamente estável, mas a tendência da série não mostra qualquer alívio", avaliou a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif.

"Acho que temos ainda algumas leituras negativas pela frente. Por ora, é difícil a gente enxergar uma volta da atividade econômica", completou.

O resultado em maio foi positivamente impactado pela alta de 0,6 por cento na produção industrial do país no mês sobre abril, em um dado inesperado que interrompeu três meses de queda.

Por outro lado, as vendas no varejo brasileiro caíram 0,9 por cento em maio, no pior patamar para o mês em 14 anos e muito abaixo das expectativas.

Na visão do economista da Tendências Rafael Bacciotti, o resultado do IBC-Br em maio reforça a percepção de atividade econômica fraca. Ele apontou expectativa de declínio de 1,6 por cento do PIB no segundo trimestre sobre o período anterior, após recuo de 0,2 por cento nos primeiros três meses do ano.

"A deterioração do mercado de trabalho, rendimento real em queda e toda a crise política devem de alguma forma afetar ainda os indicadores de confiança, que no fundo são o gatilho que a gente tem", disse.

A economia brasileira vem sendo contaminada por uma fraqueza disseminada entre os setores, levando economistas consultados na pesquisa Focus do Banco Central a enxergar contração do PIB de 1,50 por cento neste ano.

Se confirmada a estimativa, esta será a pior leitura para a atividade em 25 anos e o primeiro resultado negativo desde 2009.

O IBC-Br incorpora projeções para a produção no setor de serviços, indústria e agropecuária, bem como o impacto dos impostos sobre os produtos.

Setor quer elevar exportação e barrar importados para evitar demissões

17/07/2015 - Fonte: DCI

A indústria do aço busca alavancar as exportações e minimizar a entrada maciça de importados para evitar mais demissões no setor. Com 30% de ociosidade, o setor refez suas projeções para este ano, que deve terminar com queda de 15,6% das vendas.

"A saída não só para a siderurgia é a exportação. Trata-se da maneira mais fácil e rápida de impulsionar a indústria", afirmou nesta segunda-feira (13) o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch, durante o Congresso Aço Brasil.

Segundo o executivo, hoje há um grande potencial de vendas para o exterior. "Mas tudo depende, é claro, de nichos e é preciso buscar estas oportunidades", disse.

Na opinião do presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, uma forma de alavancar imediatamente as exportações seria aumentar a alíquota do Reintegra.

Para o dirigente, o governo enxerga o Reintegra como um mecanismo de compensação do câmbio, apenas, quando na verdade deveria compensar a carga tributária. "A alíquota deveria ser muito maior do que 3%. Na China, por exemplo, o Reintegra é de 17%", comentou Lopes.

Apesar de citar o exemplo da China, o consenso entre os empresários do setor é de que o país asiático é hoje o principal problema de competitividade da siderurgia global. "A competição é desleal", acrescentou Lopes.

Por esse motivo, o IABr defende algum tipo de salvaguarda para frear o nível de importação de aço chinês no Brasil. "Precisamos de uma defesa comercial adequada que proteja a indústria nacional da importação predatória", destacou o presidente do IABr.

Dados da Deloitte apontam que a entrada de aços da China na América Latina cresceu mais de 60% em 2014. "As exportações do país asiático quase triplicaram nos últimos cinco anos", revelou o líder do setor global de metais da Deloitte, Stephen Duck.

Com isso, o aço chinês inundou o mercado internacional e vem pressionando siderúrgicas do mundo todo. "Hoje, 20% do total exportado no mundo vêm da China", destacou o diretor geral da Associação Mundial do Aço (Worldsteel Association, na sigla em inglês), Edwin Basson.

De acordo com ele, 13% da capacidade instalada chinesa foram exportadas em 2014. Mas apesar do tom quase catastrófico em relação à China, a indústria brasileira ainda precisa enfrentar outros fantasmas dentro de casa. Com a demanda enfraquecida há algum tempo, as vendas internas devem recuar bastante no ano e a produção também.

Segundo projeções revisadas do IABr, a produção de aço bruto deve cair 3,4% em 2015, para 32,7 milhões de toneladas. "Estamos fazendo um esforço monumental para manter o nível de capacidade no parque industrial brasileiro", argumentou Lopes.

Nos últimos 12 meses, o setor demitiu 11,1 mil pessoas e pode dispensar mais 4 mil funcionários até o final do ano, o que representa, ao todo, de 12% a 13% do efetivo do setor, segundo o IABr. "As empresas já vêm adotando medidas de ajustes para preservar o emprego", observou o presidente do conselho diretor do IABr e também da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Baptista.

Conforme o executivo, estas medidas incluem suspensão temporária do contrato de trabalho (layoff) e semana curta, por exemplo. Baptista destacou ainda que a medida provisória do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) é bem-vinda, mas precisa ser regulamentada.

"A MP veio no caminho certo. Tudo que puder reduzir custos das empresas, preservando o emprego, é válido", disse ele.

Crise estrutural

Ações pontuais de algumas empresas também visam conter os estragos causados por uma crise quase que estrutural, como é o caso do desligamento temporário de dois altos-fornos da Usiminas e a tentativa da CSN de vender ativos non core.

De acordo com o IABr, cerca de US\$ 2,1 bilhões foram adiados em investimentos no parque industrial brasileiro, o que impediu a geração de mais de 7 mil postos de trabalho. "A siderurgia nacional está vivendo a pior crise de sua história, de forma mais grave do que a vivida em 2008", lembrou Lopes.

Isso porque, segundo o dirigente, naquela época a indústria local estava capitalizada, vinda de um período de crescimento. "Hoje a situação é bem diferente", observou.

Segundo Lopes, o cenário é mais crítico em aços planos. "A demanda por esse insumo é paralisada muito rapidamente em momentos de crise. Prova disso são os cortes de produção nos setores automotivo e de eletrodomésticos."

No entanto, ele salienta que a demanda também volta na mesma velocidade no momento em o consumo nestes segmentos retorna. "A grande pergunta que fica é quando a economia brasileira vai voltar a crescer?", indagou Lopes.

O alerta não vem só do mercado: o pior está por vir para as siderúrgicas

17/07/2015 - Fonte: InfoMoney

Fosse somente o desempenho pífio das ações das empresas na Bolsa estava bom, mas o setor siderúrgico aparece viver uma de suas piores crises. A constatação foi feita pelo presidente do Conselho diretor do Instituto Aço Brasil (IABr) e presidente da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Mario Baptista, na abertura do 26º Congresso do Aço no último domingo.

Questões conjunturais e estruturais levaram a indústria a essa situação, que vem sendo alardeada nos últimos meses por analistas de mercado e agora ganharam peso nas vozes dos próprios CEOs (Chief Executive Officer) das empresas, enquanto os dados da indústria deixam claro o ambiente que o setor atravessa.

Ontem, o IABr refez suas estimativas para o desempenho do setor neste ano. Segundo o estudo, a produção de aço bruto deverá mostrar uma queda de 3,4% sobre o ano passado, contra uma estimativa anterior de alta de 6,4%.

O volume produzido será da ordem de 33 milhões de toneladas. Um resultado que refletirá nas vendas, cujas estimativas do instituto passaram agora para uma redução de 15,6%, ante queda de 8%.

"A luz não está no fim do túnel", disse o presidente da ArcelorMittal no Brasil. Atualmente, o setor está com dois alto-fornos, quatro aciarias e quatro laminadores parados. A própria ArcelorMittal se prepara para fechar no próximo mês um laminador em Piracicaba (SP), enquanto avalia a necessidade de paralisação de mais um equipamento nos próximos meses.

Por conta disso, a unidade da companhia provavelmente vai adotar regime de suspensão de contratos de trabalho dos funcionários afetados, em um sistema conhecido como "lay off".

As estimativas da IABr são de que as siderúrgicas podem demitir mais 4 mil funcionários até o final do ano. Desde junho do ano passado, o setor já demitiu 11,2 mil funcionários, com outros 1.400 em suspensão de contratos de trabalho.

Dados que reforçam o coro que vem sendo entoado na Conferência da Indústria do Aço: essa seria a pior crise da história do setor. Ontem, o BTG Pactual fez mais um relatório salientando a cautelosa situação que as siderúrgicas se encontram, deixando previsões nada animadoras para os próximos meses.

"O momento é ruim para os resultados do segundo e terceiro trimestre", comentaram. No setor, a única recomendação de compra é para a Gerdau (GGBR4), que, na visão dos analistas, já caiu muito e teria um espaço para potencial de valorização no atual patamar, apesar de ressaltarem que a recomendação não é muito "convicente" - lembrando que recentemente os próprios analistas ressaltaram que esse tem sido um dos "calls" mais sofridos do banco este ano.

Do topo registrado em março até agora, as ações da Gerdau já desabaram 42% - no pior desempenho entre as siderúrgicas na Bolsa. No mesmo período, Usiminas (USIM5) caiu 17% e CSN (CSNA3) recuou 19%.

No mês passado, a próprio CEO da Gerdau, André Gerdau, admitiu que o Brasil passa por um momento desafiador e que vê grande queda de demanda da maioria dos clientes no País.

Em meio à demanda fraca no Brasil, as companhias brasileiras foram responsáveis por 28% de todos os rebaixamentos feitos pela agência de classificação de risco Fitch no segundo trimestre, sendo que um dos destaques foi o setor siderúrgico e mineração, devido à forte queda da demanda na região pelo aço e à queda dos preços do minério de ferro.

Movimentos que contribuíram para rebaixamentos da Usiminas e CSN, ainda que o rating de investimentos da Gerdau tenha sido afirmado.

Na segunda-feira, o CEO da CSN, Benjamin Steinbruch, confirmou que está explorando várias opções para reduzir o nível de alavancagem da empresa, incluindo venda de ativos, mas, pelas apurações da Bloomberg, as expectativas para essas vendas são baixas porque provavelmente as ofertas tenham um valor baixo dado que os preços do aço estão em queda livre e a economia do Brasil se deteriorando.

"As razões da alavancagem vão se deteriorar significativamente em 2015 e possivelmente em 2016 se não houver uma melhoria no minério de ferro e no mercado de aço do Brasil", disse Sean Glickenhau, analista de dívida corporativa do UBS. Em março de 2015, o endividamento bruto da companhia atingiu R\$ 32 bilhões e sua dívida líquida, R\$ 20 bilhões, o que corresponde a uma alavancagem (dívida líquida/Ebitda) de 4,8 vezes.

A situação desconfortável do setor também bate às portas da Usiminas. Para reduzir custos, a siderúrgica passou a não funcionar sua sede de Belo Horizonte (MG) desde o dia 3 deste mês.

A medida vigorará pelos próximos três meses e pode ser prorrogada por igual período, visando adequar os custos de pessoal e a melhoria da competitividade da companhia no cenário atual do mercado, informou a companhia em fato relevante divulgado hoje.

Em maio, a companhia decidiu desligar temporariamente os altos-fornos 1, da usina de Cubatão (SP), e 1 da usina de Ipatinga (MG), a partir de 31 de maio e 4 de junho, respectivamente, para que a produção de ferro gusa fosse reduzida em aproximadamente 120 mil toneladas por mês.

A Usiminas encerrou o primeiro trimestre com quedas de 16,5% na produção de aço, para 1,38 milhão de toneladas, e de cerca de 10% na produção de minério de ferro, para 1,46 milhão de toneladas, na comparação com o mesmo período do ano passado.

O prejuízo somou R\$ 235 milhões, ante resultado positivo de cerca de R\$ 222 milhões nos três primeiros meses de 2014.

Arcelor faz demissões em Juiz de Fora

17/07/2015 - Fonte: Diário do Comércio

O parque siderúrgico nacional já contabiliza quase 12 mil demissões e estimativas do Instituto Aço Brasil (IABr) dão conta de que outros 4 mil postos de trabalho poderão ser extintos ainda neste ano.

Os impactos em Minas Gerais, que concentra mais de 30% da produção de aço no País, são inevitáveis. A ArcelorMittal, por exemplo, dispensou 6% de seu quadro na planta de Juiz de Fora, na Zona da Mata, somente nas últimas duas semanas.

A informação foi confirmada pela empresa, que lamentou o desligamento de 50 pessoas na unidade, "em virtude da necessidade de adequação da produção ao cenário econômico atual".

Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, João César da Silva, revelou que ainda segue em negociação com a companhia para que não sejam efetuados novos desligamentos.

Segundo o dirigente sindical, os profissionais dispensados atuavam na unidade de trefilados, que nas últimas semanas deixou de funcionar por 24 horas ininterruptas, passando a operar em três turnos diários, que se iniciam às segundas-feiras às 7 horas e terminam às 15 horas do sábado.

"O primeiro contato da empresa com o sindicato foi no sentido de negociar com os trabalhadores a concessão de um banco de horas de dez meses, em troca da garantia de emprego de 94% do efetivo da unidade.

Não aceitamos, porque não podíamos ser coniventes com a demissão dos 6% restante. Ainda assim, a companhia demitiu 50 profissionais - o equivalente aos 6%", explica o sindicalista.

Na semana passada, conforme João César da Silva, a companhia retomou as negociações com o sindicato, com a extensão do benefício do banco de horas para 12 meses e a proposta de manutenção de 97% do quadro atual de funcionários. "A proposta é reduzir em mais 3%, ou seja, totalizando 9%. Assim, teríamos mais outras 25 demissões, pelo menos", observa.

O representante dos metalúrgicos adiantou que a categoria aceita parcialmente a proposta, com a condição de que a manutenção dos empregos atinja 100% do quadro atual, que é de 900 profissionais.

"Tínhamos uma reunião hoje (ontem), que não aconteceu. Vamos aguardar a nova agenda para ver o que vai ser decidido. De qualquer maneira, como da primeira vez a empresa demitiu, não ficaremos surpresos se isso acontecer agora", lamenta. A ArcelorMittal não confirmou se haverá novas demissões na planta de Juiz de Fora.

Crise - Diante da crise que assola o setor siderúrgico, a ArcelorMittal anunciou, nesta semana, que deve desativar o terceiro laminador da usina de João Monlevade, no Vale do

Aço. Com capacidade para 1,1 milhão de toneladas por ano, o equipamento recebeu aportes de US\$ 275 milhões em 2013 e está em testes há um mês.

Conforme publicado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, o laminador pode ficar parado por um ou dois anos, até que a demanda seja retomada. No entanto, o equipamento é o mais moderno e competitivo da companhia no País e, por este motivo, talvez ainda seja mantido em atividade.

TFRM tem alta de 13,4% no 1º semestre

17/07/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Em meio à crise enfrentada pela indústria extrativa por conta da queda nos preços das commodities minerais, a arrecadação da taxa estadual da mineração continua a aumentar de forma significativa. No primeiro semestre, a receita cresceu 13,4% na comparação com o mesmo intervalo do ano passado, conforme informações da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF).

Entre janeiro e junho foram arrecadados R\$ 137,039 milhões com a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TRFM). Na primeira metade de 2014 a receita com a taxa em Minas Gerais atingiu R\$ 120,771 milhões.

Em junho, a receita com a TFRM somou R\$ 24,749 milhões. O valor é 5,3% superior ao registrado em maio, quando atingiu R\$ 23,501 milhões. Na comparação com o mesmo período do ano passado (R\$ 22,855 milhões), o crescimento foi de 8,2%.

O avanço da arrecadação da taxa da mineração em um momento de crise, provocada pela queda nos preços de commodities, como o minério de ferro, se deve ao fato de a TFRM incidir sobre o volume produzido pelas mineradoras. Além disso, o reajuste da Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais (Ufemg) está impulsionando os resultados.

A unidade fiscal foi reajustada em 3,2% em 2015, passando de R\$ 2,6382 no ano passado para os atuais R\$ 2,7229. A taxa para cada tonelada de mineral extraído no Estado é de 0,40 Ufemg (R\$ 1,089).

A TFRM foi criada em 2011 e tem a finalidade de custear as atividades dos órgãos públicos que atuam junto ao setor de mineração. Porém, a cobrança foi iniciada em meados de 2012.

Cadastro - Em conjunto com a taxa de mineração, foi criado o Cadastro Estadual de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (CERM). O mecanismo visa organizar e atualizar os dados para subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor.

As pessoas, físicas ou jurídicas, que estejam, a qualquer título, autorizadas a realizar pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento de recursos minerários no Estado são obrigadas a se inscrever no cadastro, antes do início de suas atividades.

Enquanto a TFRM avança em 2015, a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) em Minas Gerais recuou 31,8% no primeiro semestre em relação ao mesmo período do exercício passado.

Entre janeiro e junho a receita somou R\$ 299,641 milhões, ante R\$ 439,495 milhões no primeiro semestre de 2014. As informações são do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O desempenho negativo pode ser explicado pela queda significativa da cotação do minério de ferro no mercado internacional. Para se ter ideia, a arrecadação da Cfem referente ao insumo siderúrgico em Minas recuou 36,5% no primeiro semestre ante igual intervalo de 2014, passando de R\$ 387,965 milhões para R\$ 246,263 milhões.

Montadoras perdem R\$ 13 bi com agravamento da crise

17/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

As grandes montadoras do país perderam mais de R\$ 13 bilhões em faturamento com a venda de carros no mercado brasileiro devido ao aprofundamento da crise setorial neste ano. Levantamento da consultoria Oikonomia mostra que as 15 marcas mais vendidas do país faturaram R\$ 60,2 bilhões no primeiro semestre, bem menos do que os R\$ 73,5 bilhões do mesmo período de 2014.

O tombo só não foi maior porque as empresas subiram preços, na tentativa de preservar margens de rentabilidade, e o padrão de consumo continuou evoluindo em direção a veículos maiores, mais equipados e potentes, o que faz, na média, o brasileiro pagar mais na compra do carro novo.

Por isso, o recuo no faturamento, de 18,1%, ficou um pouco abaixo da queda próxima de 20% do volume de carros e utilitários leves consumidos pelo mercado nos seis primeiros meses do ano.

Dos R\$ 13,3 bilhões perdidos pela indústria de automóveis e utilitários leves, a maior parte - 83%, ou R\$ 11 bilhões - veio das quatro marcas que estão no pelotão de frente do mercado: Fiat, General Motors (GM), Volkswagen e Ford.

Só na Fiat, marca que mais perde vendas neste ano, a redução de receita com a comercialização de carros no mercado brasileiro foi da ordem de R\$ 3,67 bilhões, enquanto na Volkswagen e na GM houve decréscimo de R\$ 3,13 bilhões e R\$ 2,88 bilhões, respectivamente.

Na Ford, que faz sucesso com a nova geração do Ka, seu novo modelo de entrada, mas perde espaço com o EcoSport e o Fiesta, o faturamento ficou inferior ao montante de um ano atrás em R\$ 1,34 bilhão, somando R\$ 5,7 bilhões nos seis meses.

Os números negativos se repetem em quase todas as demais marcas, exceção feita à Honda, cujo faturamento registrou acréscimo de R\$ 967 milhões entre janeiro e junho, no embalo dos bons resultados com os modelos Fit e City e da chegada do HR-V, utilitário esportivo mais vendido do país desde o seu lançamento em março (veja gráfico ao lado).

O faturamento das marcas é estimado pela Oikonomia a partir do cruzamento de volumes e preços praticados por elas no mercado doméstico de automóveis e veículos comerciais leves. O levantamento não considera os montantes obtidos com exportações ou vendas no Brasil de caminhões e ônibus.

A Anfavea, entidade que representa as montadoras instaladas no país, consolida, em dólares, o faturamento do setor, mas seu último dado é referente a 2013, quando a indústria de veículos faturou US\$ 87,3 bilhões, 4,4% a mais do que em 2012.

Naquele ano, a recuperação das exportações mais o aumento do valor pago, na média, pelos veículos - o chamado tíquete médio - garantiram a alta nas cifras faturadas pelas empresas, a despeito da inversão da curva de crescimento mostrada pelo mercado doméstico nos nove anos anteriores.

Porém, desde o ano passado, quando a retração das vendas internas se acentuou, as montadoras não conseguiram sustentar mais os resultados. Conforme as estimativas da Oikonomia, a receita no país das 15 marcas de automóveis mais populares caiu em mais de R\$ 6 bilhões durante 2014, para R\$ 155,3 bilhões.

Corroborando a essa tendência, as francesas Renault e a Peugeot Citroën, que publicam balanços financeiros no Brasil, reportaram, respectivamente, diminuição de 19,7% e 32,4% no montante faturado pelas filiais brasileiras no ano passado.

No início deste mês, a Anfavea informou que consumo de veículos está neste ano no patamar mais baixo desde 2007. Já a produção das montadoras caiu ao menor volume numa série ainda mais longa, de nove anos.

Enquanto as vendas caíram 20,7%, para 1,32 milhão de unidades, a fabricação recuou 18,5% no primeiro semestre, chegando a 1,28 milhão de veículos, entre carros, utilitários leves, caminhões e ônibus.

A expectativa da Anfavea é que o setor termine 2015 com queda de 17,8% na produção e de 20,6% nas vendas, confirmando o terceiro ano seguido de contração desse mercado.

Vendas das fábricas de peças recuam 15%

17/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Pressionada pela forte queda das encomendas de montadoras, a indústria de autopeças amarga neste ano queda de 15% no faturamento, segundo levantamento feito pelo Sindipeças, entidade que representa o setor, com base no desempenho de seus associados entre janeiro e maio.

Com a produção de veículos no menor nível em nove anos, as vendas de peças a montadoras recuaram 23,4% nos cinco meses. Também houve forte queda, de 21,6%, no faturamento com vendas intrassetoriais - de um fabricante de peça a um sistemista que abastece diretamente uma linha de montagem de carros, por exemplo.

O relatório do Sindipeças, feito a partir de pesquisa com 64 empresas que representam 29,8% do faturamento total de suas associadas, traz apenas as variações percentuais, sem indicar o montante faturado, que só aparece no balanço anual da associação.

Em 2014, a indústria de componentes automotivos viu o faturamento cair 12,4%, para 76,8 bilhões. Em 2011, seu auge, o setor chegou a faturar mais de R\$ 91 bilhões.

O desempenho recente indica que as fábricas de peças estão buscando explorar os canais de reposição e exportação para compensar a baixa das entregas a fabricantes de veículos, o que tem ajudado a reduzir para perto de 34% uma ociosidade que alcançou o pico de 36% em dezembro.

De janeiro a maio, o faturamento no mercado de reposição subiu 3%, ao passo que a receita em reais com exportações, beneficiadas pela desvalorização cambial, subiu 8,4% - ainda que, em dólares, os embarques sigam no negativo.

Governo já prevê até 2% de queda do PIB

17/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O governo Dilma Rousseff mudou sua projeção oficial para o desempenho da economia neste ano e já trabalha com uma retração de 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto).

Reservadamente, o temor é que a recessão seja mais profunda ainda e bata nos 2% de queda do PIB.

Nesta quarta (15), a Receita anunciou uma queda real de 2,87% na receita da União no primeiro semestre deste ano. O resultado é consequência direta da redução no nível de atividade.

Segundo assessores presidenciais, a desaceleração da economia está mais profunda do que o previsto inicialmente e pode piorar, nos próximos meses, por causa do agravamento da crise política com as últimas ações da Lava Jato, que agora se voltam para o mundo político.

A equipe econômica teme uma paralisia de votações importantes para o governo no Congresso, o que teria impacto negativo nas expectativas dos agentes econômicos, retardando ainda mais uma recuperação da economia.

Até pouco tempo, o governo descartava um tombo de 2% na economia neste ano, confiante de que a economia começaria a dar sinais de melhora no terceiro trimestre. Agora, a expectativa é que a economia, no mínimo, continue patinando até setembro.

A última previsão oficial do governo era que a retração da economia neste ano seria de 1,2% do PIB. Agora, a Receita Federal tornou oficial o novo dado: queda de 1,5%. O fisco divulgou que no primeiro semestre a União arrecadou R\$ 607,208 bilhões, um recuo real, já descontada a inflação do período, de 2,87%. Em junho, a arrecadação atingiu R\$ 97,091 bilhões – queda real de 2,44% sobre igual período de 2014.

No início do ano, o governo chegou a prever aumento real nas receitas neste ano. Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias disse que "a realidade é bem mais negativa dos que os indicadores estão apontando", acrescentando que há "trajetória crescente de resultados negativos".

A fraca arrecadação torna impossível para o governo cumprir, sem novas medidas de geração de receita, a meta de superavit primário de 1,1% do PIB, equivalente a R\$ 66,3 bilhões. Até maio, o governo federal havia cumprido apenas 12% da meta anual.

Em breve, vai revisar esta meta. Outra preocupação da equipe econômica é a possibilidade de o país perder o grau de investimento concedido pelas agências de classificação de risco. O governo já dá como certo que a agência de avaliação de risco Moody's, que ontem começou visita técnica ao Brasil, irá cortar a nota brasileira.

Hoje o país está dois degraus acima do patamar em que perderia o grau de investimento. O trabalho do governo é para que a agência não coloque em "negativa" a perspectiva para o Brasil, o que deixaria o país perto de ser mais uma vez rebaixado.

A equipe da Moody's foi recebida nesta quarta (15) por assessores do ministro Joaquim Levy (Fazenda) e, também, pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Falta de crédito, inadimplência e custos ameaçam pequena indústria

17/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

O aumento da inadimplência ao longo da cadeia produtiva, a maior dificuldade de acesso ao crédito e a falta de demanda podem levar 38 mil micro e pequenas empresas paulistas do setor industrial a fecharem as portas nos próximos três meses, mais de 10% das 288 mil existentes no Estado.

A situação preocupante é mostrada pelo 28º Indicador de Atividade da Micro e Pequena Indústria, pesquisa encomendada pelo sindicato que representa essas companhias (Simpí-SP) ao Datafolha, e divulgada com exclusividade ao Valor.

Na edição de junho, 13% dos empresários consultados afirmaram existir uma ameaça real de fechamento de seus negócios em 90 dias, três pontos percentuais abaixo do dado de maio.

Como a variação ficou dentro da margem de erro da sondagem, de cinco pontos para mais ou para menos, o presidente do Simpí, Joseph Couri, avalia que não houve melhora entre um mês e outro.

"É um sinal de que estamos chegando mais perto do fundo do poço, mas num patamar extremamente baixo e ruim", disse. No mês passado, 314 empresas participaram da enquete.

Sem prever um prazo para o encerramento de suas atividades, 62% dos gestores ouvidos disseram que a crise está prejudicando os negócios e coloca o futuro de sua empresa em risco, índice também um pouco abaixo do registrado no mês anterior, de 66%, mas ainda elevado.

Esse quadro deve permanecer no curto prazo, já que para 48% das indústrias que participaram do levantamento, a situação atual da empresa não deve mudar num horizonte de três meses.

Segundo Couri, entre o conjunto de fatores que ameaça a sobrevivência das micro e pequenas indústrias, a falta de financiamento tem papel importante. No mês passado, mais da metade (56%) das empresas consideraram que o capital de giro disponível é muito pouco ou insuficiente, enquanto apenas 28% declararam ter acesso a linhas de crédito para pessoa jurídica, dois pontos a menos do que em maio.

Entre os que não conseguem crédito para suas empresas, as alternativas para se financiar vão desde parentes e amigos (17%) ao cheque especial (14%) e empréstimo pessoal no banco (10%).

Com menos recursos em caixa, a solvência das micro e pequenas indústrias de São Paulo foi afetada: 25% delas afirmaram que estavam inadimplentes em junho. Nesse grupo, a maior parte (22%) deixou de pagar algum imposto. As outras dívidas mais representativas foram com despesas (17%), fornecedores (14%) e bancos ou financeiras (14%).

Na outra ponta, também há uma dificuldade maior em pagar as contas, uma vez que o percentual de firmas que sofreu calotes subiu de 41% para 46% entre maio e o mês passado.

Na avaliação do presidente do Simpí, os atrasos no recebimento são mais um indicativo de que, para algumas empresas, o fechamento está próximo. "Há um efeito em cascata de falta de crédito, perda do poder aquisitivo da população e impossibilidade de repassar aumentos de custos."

A parcela de empresários que relatou ter enfrentado "alta significativa" nos custos de produção no mês anterior avançou de 51% para 54% na passagem mensal.

Os preços de matérias-primas e insumos foram apontados como a maior pressão de custos, com 45% das respostas, e 46% das firmas ouvidas espera novos aumentos, ante 40% em maio.

Em outro quesito da pesquisa, o peso dos tributos também fica claro, já que a fatia de empresas que avalia que os impostos trazem muitas dificuldades se expandiu de 69% para 72%.

Mesmo a alta de 14% para 17% no percentual de indústrias que fizeram algum investimento no mês anterior não pode ser vista como algo muito positivo, na opinião de Couri.

"Para reduzir custos, algumas empresas estão fazendo reformas de equipamentos, ou se mudando para instalações menores. Não são investimentos para aumentar a produção, mas sim para ganhos de produtividade."

Apesar do ajuste fiscal em curso, o Simpi tem sugerido medidas a autoridades do governo estadual e federal para evitar que as micro e pequenas indústrias paulistas quebrem. Depois de um encontro com o governador Geraldo Alckmin, a Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP) redirecionou verbas já existentes para linhas de capital de giro mais atrativas a micro e pequenas empresas.

De acordo com o presidente do sindicato, também está em estudo a criação de uma linha de crédito maior que as já existentes no âmbito do Progeren (Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda), do BNDES.

Além disso, o Simpi sugeriu ao governador de São Paulo que cobranças de dívidas tributárias não sejam mais enviadas para cartório de forma temporária, medida que está sendo avaliada pela Secretaria da Fazenda, e deve apresentar em breve à Secretaria de Energia do Estado um projeto que analisa a viabilidade do uso de energia fotovoltaica nas fábricas, fonte mais barata que a eletricidade da rede.

Novos Projetos de Lei

17/07/2015 - Fonte: Sistema FIEP

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados pela Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Aços especiais e impressão 3D atraem setor automotivo

17/07/2015 - Fonte: Sistema FIEP



Enquanto a indústria automobilística avança no projeto e manufatura de seus produtos, um dos principais desafios para designers e engenheiros é obter ganhos na área de processos e materiais, com a busca de insumos de melhor desempenho, mais leves, para reduzir peso e consumo de combustível, ou capazes de acelerar processos de fabricação.

A Ford dá o exemplo dessa corrida em pesquisa e desenvolvimento: venceu as 24 Horas de Daytona deste ano, com a equipe Chip Ganassi, nos Estados Unidos, usando um

coletor de admissão feito em impressora 3D no motor EcoBoost 3.5, utilizando difusores de fibra de carbono.

A impressão 3D progride, conquistando novas aplicações, embora ainda ocorram dificuldades para implementar a produção em massa com materiais sofisticados.

As novidades são boas também nas áreas de metais, plásticos, borracha, vidro e fibras naturais – como demonstra o caderno especial sobre materiais publicado na edição de junho da revista **Automotive Business** (leia a [versão digital](#)). Os aços especiais estão em destaque.

“Hoje temos no Brasil aços com resistência de até 1.500 megapascals, que é o nível disponível em qualquer parte do mundo”, disse Jesse Paegle, responsável pela organização do 6º Simpósio SAE Brasil de Novos Materiais e Nanotecnologia, realizado em junho no IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em São Paulo.

Hoje, segundo a SAE Brasil, uma carroceria tem 8% a 10% de aços de alta resistência embarcados. No próximo grande volume de lançamentos, que deve ocorrer entre 2018 e 2020, o percentual deverá chegar a 25% em virtude das demandas por redução de peso e melhoria de desempenho e segurança.

O alumínio também conquista aplicações nos novos veículos, tornando-se uma alternativa para redução de peso e contribuindo para ganhos de eficiência energética. Victor Breguncci, coordenador do Comitê de Transportes da Associação Brasileira do Alumínio (Abal) revela que na última década o consumo doméstico de alumínio em automóveis cresceu em média 3,5% ao ano e garante que existe um mercado potencial enorme a ser explorado.

Devem contribuir para essa evolução a chegada de montadoras premium como Audi, BMW, Mercedes-Benz e Land Rover, que tendem a adotar o alumínio nos veículos produzidos no País.

A Abal observa também que o Inovar-Auto já traz benefícios para o setor, com a migração de blocos de motor para o material, que é mais leve que o aço.

TESTE DE DESEMPENHO

Os artigos na revista Automotive Business apontam a evolução das matérias-primas automotivas e também como avaliar seu desempenho por meio de instrumentos de teste, como equipamentos para metrologia, com perfilômetro, rugosímetro e autocolimadores.

Avaliar o acabamento de materiais e componentes ou sua resistência às intempéries, fazer medições com precisão, determinar a composição ou fotografar um processo de forma ultrarrápida – essas são especialidades das empresas filiadas à Ametek, fabricante global de instrumentos eletrônicos e eletromecânicos com sede em Indaiatuba, SP.

A maioria dos equipamentos comercializados pela empresa é importada e atende os mercados automotivo, de óleo e gás, energia, aeroespacial e defesa, além de universidades e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento.

“Distribuímos equipamentos voltados para instrumentação analítica de processos, teste, calibração e medição”, esclarece Graziela Giusti, gerente de marketing e desenvolvimento de negócios da Ametek.

O grupo é constituído por empresas como a Vision Research (câmaras digitais de alta velocidade e ultra slow motion), Spectro (instrumentação espectroscópica atômica, para

analisar a composição elementar de sólidos e líquidos), Atlas (equipamentos para simular condições climáticas, reproduzindo orvalho, chuva ou névoa de forma acelerada), Edax (espectrometria), Zygo (instrumentos de metrologia óptica) e Taylor Hobson (metrologia).

A Taylor Hobson fornece sistemas de medição para montadoras e autopeças utilizarem na avaliação do acabamento de superfícies e formas circulares, determinando a rugosidade.

“Os equipamentos que oferecemos são trazidos da Inglaterra”, explica o gerente Marcello Bulhões Montagnana.

As principais aplicações estão em peças pintadas e componentes do powertrain, como motor e transmissão. Outro cliente importante para a empresa são instituições de ensino e pesquisa, incluindo laboratórios.

Como regra geral, equipamentos de pequeno porte estão disponíveis para pronta entrega, enquanto os maiores exigem prazos de 30 a 120 dias para chegar do exterior.

RESISTÊNCIA ÀS INTEMPÉRIES

A Atlas, que a exemplo da Taylor Hobson atua no Brasil sob o guarda-chuva da Ametek, fornece equipamentos para realização de ensaios que simulam a resistência e o comportamento de materiais sob o efeito do meio ambiente.

No País, os principais clientes são laboratórios especializados que atendem as montadoras e empresas de autopeças.

No exterior, a centenária Atlas se encarrega, muitas vezes, de conduzir os próprios ensaios, que podem ser feitos em condições normais ou aceleradas, sob condições severas de intemperismo, reproduzindo por exemplo climas desérticos ou glaciais.

“Praticamente todos os materiais utilizados pela indústria automobilística precisam ser avaliados para previsão de sua aplicação nos veículos”, observa Ronaldo Tezuka, gerente da empresa. Calor, umidade e radiações solares afetam vidros, borrachas, plásticos, metais e tecidos utilizados em bancos e painéis.

Assim como os equipamentos da Taylor Hobson, os produtos da Atlas são importados e, como regra geral, não têm similares nacionais.

O processo de importação leva cerca de três meses e não escapa da burocracia alfandegária para compras no exterior.

Atividade econômica fica estagnada em maio

17/07/2015 - Fonte: Sistema FIEP

A atividade econômica brasileira ficou praticamente estagnada em maio na comparação com o mês anterior, apontou o Banco Central nesta sexta-feira (17), ecoando a dificuldade de recuperação da economia após um resultado fraco em abril.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), teve variação positiva de 0,03% em maio sobre o mês anterior, de acordo com dados dessazonalizados.

O resultado mostra melhora diante da queda de 0,88% em abril na mesma base de comparação, em dado revisado para baixo pelo BC após divulgação anterior de recuo de 0,84%.

Com isso, a trajetória de contração da atividade prossegue no país, em um ambiente marcado por ajuste fiscal, inflação alta, aperto da política monetária e aumento do desemprego.

Até maio, o indicador acumula queda de 2,64%. Já na comparação com o mesmo mês de 2014, o IBC-Br tem queda de 3,08%, e mostra perda de 1,68% em 12 meses, sempre em números dessazonalizados.

O resultado em maio foi positivamente impactado pela alta de 0,6% na produção industrial do país no mês sobre abril, em um desempenho inesperado que interrompeu três meses de queda.

Por outro lado, as vendas no varejo brasileiro caíram 0,9% em maio, no pior desempenho para o mês em 14 anos e muito abaixo das expectativas.

A economia brasileira vem sendo contaminada por uma fraqueza disseminada entre os setores, levando economistas consultados na pesquisa Focus do Banco Central a projetar contração do PIB de 1,50% neste ano.

Se confirmada a estimativa, esta será a pior leitura para a atividade em 25 anos e o primeiro resultado negativo desde 2009.

O IBC-Br incorpora projeções para a produção no setor de serviços, indústria e agropecuária, bem como o impacto dos impostos sobre os produtos.

GE tem alta no lucro trimestral com desempenho em energia

17/07/2015 - Fonte: Exame

A General Electric teve alta no lucro trimestral, com o desempenho mais forte em sua divisão de energia compensando resultados fracos da área voltada à indústria petrolífera.

A companhia anunciou ainda nesta sexta-feira aumento na projeção de desempenho para este ano da área de manufatura industrial.

O lucro da unidade de manufatura da GE cresceu 11 por cento, excluindo efeitos cambiais. Investidores estão focados ainda mais nas unidades industriais do conglomerado à medida que a GE se afasta de serviços financeiros.

Apesar do desempenho, a GE teve prejuízo líquido de 1,36 bilhão de dólares no segundo trimestre, ou 0,13 dólar por ação.

Esse resultado veio diante de encargos ligados ao recuo maciço da GE da área de serviços financeiros, anunciado em abril.

A receita subiu 1,5 por cento, para 32,75 bilhões de dólares.

O faturamento das unidades de água e energia da GE, que vendem uma variedade de turbinas de geração de energia, subiram 8 por cento, enquanto o segmento de petróleo e gás registrou queda de 15 por cento na receita.

Como outras fornecedoras do petrolífero, a GE é vulnerável à forte queda nos preços do petróleo que pressiona os clientes a reduzirem investimentos.

Crises hídricas tendem a se agravar, afirma especialista

17/07/2015 - Fonte: Exame

A crise hídrica que algumas regiões do Brasil estão enfrentando atualmente não é um fenômeno atual, mas já vem ocorrendo há muito tempo no mundo e é caracterizada não apenas pela seca e a falta de água em regiões, como o Sudeste do país, mas também por extremos hidrológicos, como as inundações que estão acontecendo na região Sul.

A avaliação foi feita por José Galizia Tundisi, presidente honorário do Instituto Internacional de Ecologia (IEE), em uma conferência sobre gestão de recursos hídricos realizada na quinta-feira (16/07), durante a 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Aberta no domingo (12/07), a reunião ocorre até o próximo sábado (18/07), no campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

De acordo com Tundisi, as crises hídricas, como as observadas no Brasil nos últimos anos, vêm acontecendo em diferentes partes do mundo há séculos e começaram a ficar mais acentuadas a partir da metade do século 20.

“Em 2014, por exemplo, foi registrada a pior seca no Nordeste e a maior enchente em Foz do Iguaçu, no Paraná. E, nesta semana, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm sido afetados por um volume de chuva excepcional, que tem causado enchentes e, conseqüentemente, a perda de propriedades e ameaçado a população”, apontou.

Algumas das razões do agravamento das crises hídricas no país e no mundo nas últimas décadas apontadas pelo pesquisador são o aumento da população em áreas urbanas, que demandam grandes volumes de água e produzem enormes quantidades de resíduos sólidos e líquidos, além da competição pelo uso do recurso natural.

Os recursos hídricos continentais, que representam apenas 2,7% do volume total de água doce da Terra, são usados hoje para múltiplas atividades humanas, como para produção industrial, agrícola e o abastecimento residencial.

E as mudanças no uso da terra, como a conversão de áreas de floresta para a plantação ou pecuária, têm afetado a evapotranspiração – a transpiração da vegetação que mantém a água na atmosfera.

Essa combinação de fatores tem causado a degradação da qualidade da água no mundo e um aumento das enchentes e secas que afetam populações especialmente da periferia das grandes metrópoles, ressaltou Tundisi.

“As populações da periferia de cidades como São Paulo, Recife, Salvador, Fortaleza, Nairóbi, Calcutá, Nova Délhi e Bangkok possuem uma grande vulnerabilidade aos extremos hidrológicos e falta de acessibilidade à água”, afirmou.

Enquanto a população moradora no centro de áreas metropolitanas grandes e médias gasta cerca de 1% de seus salários para adquirir água, as populações das periferias usam aproximadamente 10% de seus recursos para ter acesso à água fornecida por carros-pipa, apontou um estudo realizado em Cochabamba por pesquisadores colaboradores do IIE, ilustrou Tundisi.

“Ainda há cerca de 768 milhões de pessoas sem acesso a fontes adequadas de água e 2,5 bilhões de habitantes no planeta sem acesso a saneamento básico adequado. Isso representa um grande fracasso da economia mundial”, avaliou.

Evolução do problema

A pedido da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), o pesquisador realizou um estudo em que analisou a evolução dos principais problemas que afetaram a qualidade da água nos últimos 150 anos.

No começo da segunda metade do século 19 havia uma enorme contaminação das águas de rios europeus pela falta de tratamento de esgoto, que começou a se agravar a partir do início do século 20 com o aumento da população urbana, contou Tundisi.

Em 1863, por exemplo, a rainha Vitória (1819-1901), da Inglaterra, foi pressionada pelo Parlamento britânico a realizar a limpeza do rio Tâmsa, que banha Oxford e Londres.

“O mau cheiro das águas do rio, que passa próximo ao Parlamento britânico, fez com que os membros da instituição pressionassem a rainha a despoluir o rio. Foi o primeiro ato de limpeza de um rio feito no mundo”, disse Tundisi.

O problema da poluição dos rios no mundo começou a se agravar no século 20 com o aumento da produção industrial, que começou a produzir grandes quantidades de metais pesados, contou o pesquisador.

Já a partir da década de 1940, com as explosões atômicas, houve um aumento dos resíduos radioativos em corpos aquáticos, e em 1960 os lixões nas cidades começaram a contaminar ainda mais as águas superficiais subterrâneas.

Mais recentemente, a partir das últimas décadas, começou a ocorrer um processo de degradação das águas relacionado a poluentes persistentes orgânicos, como pesticidas, herbicidas e hormônios. E, no início do século 21, emergiram as mudanças climáticas globais, resumiu Tundisi.

“Todos esses processos que ocorreram em, aproximadamente, 150 anos nos países industrializados, em países em desenvolvimento, como os BRICs, eles ocorreram em cerca de 70 anos”, comparou.

“Houve uma industrialização rápida nos países em desenvolvimento. Isso causou um aumento da toxicidade da água, tanto superficiais como subterrâneas, além de ter efeitos econômicos e na saúde humana, os quais muitos ainda são desconhecidos”, afirmou.

Segundo o pesquisador, os medicamentos e cosméticos utilizados pela população mundial são lançados e dissolvidos pela água e não são retidos pelos sistemas de tratamento hidrológico.

Recentemente descobriu-se que estações de esgoto estão acumulando bactérias resistentes aos antibióticos lançados na água, o que representa um problema de saúde pública, apontou o pesquisador.

“Hoje, para analisar todo o conjunto de substâncias dissolvidas na água é preciso ter laboratórios com equipamento altamente sofisticados, que são muito caros e não são todos os países que conseguiriam adquiri-los”, afirmou.

“Temos um projeto com a União Europeia em que sugerimos a instalação de laboratórios nas Américas do Sul e Central para fazermos uma análise e levantamento das substâncias presentes nas águas dos países dessas regiões e estudarmos soluções para eliminá-las”, contou.

Informativo de Buenos Aires

17/07/2015 - Fonte: CNI

Com o objetivo de informar o setor privado brasileiro sobre os últimos acontecimentos envolvendo o governo argentino e as relações bilaterais com o Brasil, seguem os destaques desta edição:

- **Brasil e Argentina renovam acordo automotivo e mantêm regras comerciais**
- **Partidos definem seus candidatos na Argentina**
- **Avança aproximação entre Argentina e China: províncias devem receber investimentos**
- **Acordo entre Argentina e Uruguai para pagamentos de operações em moedas locais**
- **Novos prazos para liquidação de divisas de exportação**